



**Formação continuada de professores do ensino fundamental I na temática da violência
contra crianças: uma proposta de intervenção**

**Continuing education for elementary school teachers on the topic of violence against
children: an intervention proposal**

Murilo Sabbag Moretti

Universidade do Oeste Paulista (Unoeste)
Presidente Prudente/SP-Brasil

Carmen Lúcia Dias

Universidade do Oeste Paulista (Unoeste)
Presidente Prudente/SP-Brasil

Selma Alves de Freitas Martin

Universidade do Oeste Paulista (Unoeste)
Presidente Prudente/SP-Brasil

Resumo

O artigo aborda o papel fundamental dos profissionais da Educação e da escola no enfrentamento da violência contra crianças. O objetivo foi desenvolver e avaliar um modelo de intervenção voltado a professores do Ensino Fundamental I. Trata-se de uma pesquisa de intervenção, realizada por meio de um programa formativo aplicado a professores de escolas municipais. A coleta de dados ocorreu por meio de questionários aplicados antes e após a intervenção, validados por especialistas, além de um grupo focal com participantes do programa. Os dados quantitativos indicaram melhora no desempenho do Grupo Intervenção no pós-teste, o que não ocorreu no Grupo Controle. A análise qualitativa revelou avanços, embora persistam concepções baseadas no senso comum. Conclui-se que intervenções formativas de médio prazo são eficazes para preparar professores no enfrentamento da violência contra crianças.

Palavras-chave: Violência; Criança; Formação de professores.

Abstract

The article addresses the fundamental role of education professionals and schools in confronting violence against children. The objective was to develop and evaluate an intervention model aimed at elementary school teachers (early years). This is an intervention study conducted through a training program implemented with teachers from municipal schools. Data were collected using questionnaires administered before and after the intervention, validated by experts, as well as a focus group with program participants. Quantitative data indicated an improvement in the performance of the Intervention Group in the post-test, which was not observed in the Control Group. Qualitative analysis revealed progress, although conceptions based on common sense persist. It is concluded that medium-term training interventions are effective in preparing teachers to address violence against children.

Keywords: Violence; Child; Teacher training.

Introdução

Em 2017, ao iniciar o Mestrado em Educação e compartilhando com meu orientador o interesse no tema, realizei uma pesquisa interventiva com estudantes de Medicina, pós-graduandos em Pediatria e profissionais da Saúde, focando na violência contra crianças e adolescentes. Tal estudo resultou na dissertação intitulada “Formação de estudantes e profissionais da saúde sobre o tema da violência contra crianças e adolescentes: implantação e verificação da eficácia de um modelo educativo”.

A partir dos resultados positivos na área da saúde, agora no Doutorado em Educação, a pesquisa se estendeu para a formação de profissionais da Educação, com foco na identificação e encaminhamento de casos de violência contra crianças, dado o papel crucial dos educadores na detecção e combate à violência, visto que os profissionais da escola não recebem formação adequada a respeito das violências e de suas consequências na vida das vítimas e desconhecem a legislação que os obriga a denunciar os casos, mesmo suspeitos (Ristum, 2010). Ademais, destaca-se a carência de notificações de violência por parte dos professores, muitas vezes devido à descrença na eficácia dos órgãos responsáveis (Araújo et al., 2014).

Contudo, evidenciou-se que programas educativos bem estruturados são eficazes na melhoria das concepções e práticas de profissionais da saúde e educação sobre a violência contra crianças; e o desenvolvimento e aplicação de tais programas são essenciais para a prevenção, identificação e enfrentamento da violência, sugerindo a replicação e adaptação dessas intervenções em diferentes contextos e níveis de formação. Nessa perspectiva, o presente estudo apresenta o desenvolvimento e avaliação de um modelo de intervenção voltado a professores do Ensino Fundamental I.

Fundamentação teórica

Para entendimento da problemática levantada como motivação para o estudo, se faz imprescindível a compreensão da construção histórica e social da infância, destacando as diferenças nas definições de criança e adolescente pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Cabe destacar que a OMS classifica como criança indivíduos de zero a 10 anos incompletos e, adolescentes, de 10 a 18 anos, enquanto o ECA define criança - de zero a 12 anos incompletos e adolescentes - de 12 a 18 anos (Brasil, 2010; Brasil, 1990).

Crianças, indivíduos em fase inicial de desenvolvimento, estiveram presentes em todas as épocas da humanidade; entretanto, a infância nem sempre foi reconhecida. Philippe Ariès discute como a infância foi reconhecida ao longo do tempo, destacando que, na Antiguidade, crianças eram vistas como seres de status inferior, sem distinção clara entre infância e idade adulta até o século XI. A infância começou a ser reconhecida socialmente ao final da Idade Média, com as crianças sendo vistas como adultos em miniatura até então (Ariès, 1978/1981; Sarmiento, 2004; Linhares, 2016).

Na Antiguidade, meninas e meninos eram vistos como seres de status inferior que não mereciam tratamento especial. Por volta do século XI, era comum não haver uma separação clara entre infância e idade adulta. Crianças e adultos eram considerados iguais socialmente, o que facilitava a exploração e os maus tratos.

Até a sociedade passar a dar importância para a infância, houve um processo histórico, em que o conceito de infância foi criado socialmente ao final da Idade Média.

A preocupação com a formação moral, educacional e comportamental no contexto social surgiu na modernidade, especialmente, a partir do século XVI e ao longo do século XVII (Barbosa; Magalhães, 2008).

Com o surgimento da sociedade capitalista industrializada, houve mudanças no papel social das crianças. A alta mortalidade infantil e o infanticídio na Antiguidade contribuíram para a visão das crianças como substituíveis. A industrialização e a República no Brasil mudaram essa percepção, com a escola assumindo a responsabilidade pela formação das crianças, e a família tornando-se um espaço de afeto e proteção (Barbosa; Magalhães, 2008; Zucchetti; Bergamaschi, 2007).

Todas as mudanças sociais e econômicas ocorridas na redefinição do papel das crianças na sociedade foram de ampla importância para a evolução do conceito de infância como uma construção histórica e social.

A violência contra crianças

A violência dirigida à criança pode ser compreendida a partir de duas perspectivas distintas. A primeira, de caráter reducionista, fundamenta-se em uma concepção determinista, segundo a qual a agressão decorre de desvios individuais ou de transtornos de personalidade, frequentemente associados a condições de ordem psiquiátrica. Em contraposição, a segunda perspectiva adota uma abordagem multifatorial, entendendo a

Formação continuada de professores do ensino fundamental I na temática da violência contra crianças: uma proposta de intervenção

violência como resultado da interação entre fatores individuais e contextuais, tais como o sistema socioeconômico e político, as experiências de vida dos genitores, bem como a organização e a dinâmica do ambiente familiar (Monti; Sigolo, 2023).

No contexto brasileiro, a violência contra a criança configura-se como uma prática histórica, reproduzida intergeracionalmente e, em muitos casos, legitimada sob o argumento de constituir um método educativo. Nesse sentido, a denominada cultura do castigo físico, embora atualmente atravesse um processo de questionamento e redução de sua aceitação social, permanece amplamente difundida. A palmada, por exemplo, ainda é defendida por parte da população como estratégia educativa, não sendo reconhecida como uma forma de violência. Tal prática evidencia o exercício abusivo de poder por parte de pais ou responsáveis, que passam a tratar a criança como objeto, violando seus direitos fundamentais e ampliando sua condição de vulnerabilidade. Esse cenário contribui para a naturalização e perpetuação da violência no ambiente doméstico. Em uma sociedade marcada pelo adultocentrismo, a infância é frequentemente percebida como incapaz, devendo submeter-se às decisões e imposições de pais, educadores e cuidadores (Lise; Motta, 2012; Moreira; Souza, 2012).

A violência contra crianças pode ser interpretada como expressão de uma relação assimétrica de poder e proteção, na qual os adultos, detentores de maior autoridade e experiência, acabam por desvalorizar a condição infantil. Cabe ressaltar que crianças, sobretudo as mais novas, não dispõem de recursos físicos, emocionais ou sociais suficientes para se defender ou interromper situações abusivas. A banalização da violação de seus direitos manifesta-se no cotidiano e favorece o estabelecimento de vínculos afetivos disfuncionais, sustentados por práticas de repressão e opressão (Anuniação *et al.*, 2022; Monti; Sigolo, 2023).

As concepções de violência variam conforme o contexto cultural e histórico, sofrendo alterações ao longo do tempo e entre diferentes sociedades. De modo geral, a violência pode ser definida como o emprego da força física ou da coerção psicológica com o objetivo de constranger um indivíduo a agir contra sua vontade ou interesses, ocasionando prejuízos de natureza física, emocional ou social, e reduzindo-o à condição de objeto (Chauí, 2000).

A Organização Mundial da Saúde destaca que atos violentos apresentam elevada probabilidade de resultar em lesões, morte, danos psicológicos, prejuízos ao desenvolvimento ou situações de privação. Ademais, a violência pode manifestar-se tanto por meio de ações concretas quanto por ameaças, sendo direcionada contra o próprio indivíduo, terceiros ou grupos sociais (Jacques; Olinda, 2012).

Dados indicam que a maioria das ocorrências de violência contra crianças acontece no interior do núcleo familiar, sendo mães e pais responsáveis por aproximadamente 58% dos casos, caracterizando a violência doméstica (Brasil, 2020). Essa modalidade de violência engloba qualquer ação ou omissão que comprometa a saúde mental, a integridade física, a liberdade e o direito ao desenvolvimento pleno de um membro da família, sendo perpetrada, em geral, por pessoas que exercem funções de cuidado e proteção (Habigzang *et al.*, 2005).

A violência no contexto familiar não pode ser atribuída a um único fator causal, uma vez que se trata de um fenômeno multifacetado. Em determinadas situações, famílias recorrem à violência como estratégia para a resolução de conflitos ou como uma suposta prática educativa. Aspectos como vulnerabilidade social e econômica, condições inadequadas de desenvolvimento e a insuficiência de políticas públicas contribuem para o enfraquecimento dos vínculos afetivos e para o estabelecimento de relações familiares hostis. Além disso, o uso de substâncias psicoativas, especialmente o consumo de álcool por pais ou responsáveis, está associado ao aumento dos casos de violência física, abuso sexual e negligência (Moreira; Souza, 2012; Moura *et al.*, 2014).

O desenvolvimento da autonomia moral e as competências socioemocionais na educação básica

A escola é um ambiente crucial para a formação moral das crianças. Promove valores como respeito, tolerância, justiça e solidariedade. Por isso é o espaço perfeito para ensinar medidas autoprotetivas e sensibilizar as crianças para reconhecer situações de vulnerabilidade são estratégias importantes na prevenção da violência (Vinha; Tognetta, 2009).

Tais estratégias visam reforçar normas e valores que promovam relações não violentas, respeitadas e equitativas de gênero para crianças e adolescentes. Destarte,

Formação continuada de professores do ensino fundamental I na temática da violência contra crianças: uma proposta de intervenção

modificar normas e comportamentos sociais que justificam a violência é fundamental para alcançar esses objetivos (OPAS, 2017).

Piaget destacou o papel dos esquemas mentais e dos processos de assimilação e acomodação no desenvolvimento cognitivo. A adaptação, equilíbrio entre assimilação e acomodação, é fundamental para o avanço na construção do conhecimento (Vanni, 2017). Fundamentado em Kant, para desenvolver seus estudos sobre o desenvolvimento moral da criança, Piaget traz uma contribuição significativa para a compreensão do desenvolvimento da moralidade humana, a construção e a consciência das regras e as etapas do desenvolvimento humano que antecedem a autonomia moral, que são a anomia (ausência de consciência das regras) e a heteronomia (respeito unilateral e coação). A autonomia moral é a capacidade de o sujeito agir de maneira independente e conservar-se, na prática, fiel a seus valores e a seus princípios de ação perante as tensões que sofre dos grupos sociais (La Taille, 1992; 2001; Zatti, 2007).

O desenvolvimento da autonomia moral e das competências socioemocionais é fundamental para a formação integral dos alunos na educação básica. A integração dessas competências no currículo escolar contribui para a formação de cidadãos conscientes, capazes de agir de maneira ética e responsável, promovendo um ambiente escolar mais seguro e estimulante.

Nos últimos 20 anos, a educação no Brasil tem se voltado para a cidadania e o desenvolvimento da autonomia moral. Os Temas Transversais, recomendados nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), foram ampliados pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A BNCC define competências essenciais que incluem habilidades socioemocionais, indispensáveis para a vida cotidiana e o mundo do trabalho. Essas competências focam em autoconhecimento, empatia, colaboração e resolução de conflitos, essenciais para a transformação da sociedade (Brasil, 2018).

A competência, um conceito observado e apontado na BNCC, é definida como “[...] a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (Brasil, 2018, p. 8). O documento traz dez competências gerais que se articulam à construção de conhecimentos,

ao desenvolvimento de habilidades e à formação de atitudes e valores para contribuir com a transformação da sociedade (Brasil, 2018).

O profissional da educação e a escola no enfrentamento da violência

Essencialmente a escola é vista como um espaço estratégico para a prevenção, detecção e intervenção em casos de violência contra crianças, devido ao tempo de convivência e à proximidade entre alunos e professores. À vista disso, implementar atividades educativas, integrar-se com órgãos de defesa da criança, criar ambientes de expressão para as crianças e envolver pais e comunidade em atividades preventivas são algumas das estratégias usadas para o enfrentamento da violência (Anuniação *et al.*, 2022; Souza; Cordeiro, 2022).

No ambiente escolar, tem-se como identificadores de sinais de violência indicadores comportamentais como atitudes com colegas, postura com outras crianças, interação com professores e rendimento escolar. O que torna imperativa a análise, notificação e denúncia para inserir a criança na rede de proteção, que inclui a Vara da Infância e Juventude, Ministério Público, Defensoria Pública e Conselho Tutelar (Lahr, 2022).

Destarte a falta de preparo dos educadores para lidar com casos de violência, devido à falta de formação adequada e ao medo de represálias, resulta em subnotificação dos casos de violência e a necessidade de os profissionais da educação entenderem a importância de seu papel na rede de proteção (Araújo *et al.*, 2014).

Desenho da pesquisa

Este estudo, recorte dos resultados de uma pesquisa de doutorado finalizada no ano de 2024, permeou a pesquisa quanti-qualitativa e do tipo interventiva, focada no desenvolvimento e avaliação de um modelo de intervenção para professores do Ensino Fundamental I. Tal abordagem mista é justificada pela complementaridade entre métodos quantitativos e qualitativos, minimizando vieses e aumentando a relevância da pesquisa (Dal-Farra; Lopes, 2014).

A pesquisa quanti-qualitativa é o resultado da combinação dos métodos quantitativos e qualitativos com o objetivo de fornecer uma análise abrangente do fenômeno estudado. Os dados quantitativos fornecem subsídios concretos que vão além da subjetividade e ajudam a orientar ações pedagógicas (Gatti, 2004). Estes, ao serem transformados e interpretados, oferecem informações visuais e contextuais. No entanto, a

mensuração dos dados pode deslocá-los do contexto original, tornando necessária a abordagem qualitativa que examina o ser humano de forma contextualizada, oferecendo detalhes das experiências humanas (Gatti, 2004; Backer, 2011).

A pesquisa interventiva planejada, implementada e avaliada para maximizar a aprendizagem dos participantes, conectando teoria e metodologias transformadoras. Realizada no “mundo real”, a pesquisa-intervenção visa benefícios concretos para os envolvidos (Damiani, 2012).

O desenho da pesquisa quanti-qualitativa e de intervenção proporciona uma abordagem completa e contextualizada, essencial para o desenvolvimento e avaliação eficazes de modelos de intervenção educacional e essa articulação entre teoria e prática, junto com a participação social efetiva, garante que os resultados da pesquisa tenham aplicabilidade prática e contribuam para a transformação da realidade educacional.

Instituições e participantes

A pesquisa foi realizada em parceria com a Secretaria Municipal de Educação (SEDUC).

Foram compostos dois grupos participantes. A amostragem do Grupo Intervenção foi constituída por 32 professores articuladores escolares do Ensino Fundamental ciclo I. A escolha desse grupo, justifica-se pelo fato de que alunos do Ensino Fundamental ciclo I possuem idade em que a violência contra crianças tem alta prevalência (Brasil, 2020). Os articuladores são professores que organizam o projeto Cidade Escola, um projeto piloto de educação integral voltados para escolas de ensino fundamental regular, articulando-se com os demais gestores.

Ainda, foi formado um Grupo Controle, com características similares às do Grupo Intervenção, por 15 professores orientadores pedagógicos de escolas de Ensino Fundamental I, cujos participantes responderam ao pré e pós-teste, de forma remota por meio do *Google Forms*, na mesma época em que os participantes do Grupo Intervenção, porém não participaram da mesma.

A pesquisa baseada em evidência traz ao estudo um maior rigor metodológico e maior validade científica, por meio da utilização de um grupo controle, ou seja, grupo de indivíduos com características semelhantes ao grupo experimental, porém que não participam da intervenção realizada na pesquisa (Danski *et al.*, 2017).

Intervenção

As sessões da intervenção ocorreram em sala da SEDUC, no período de agosto a novembro de 2022, a cada 10 dias, em horário estabelecido para formação dos professores da rede. A estrutura da intervenção, adaptada a partir da utilizada com profissionais da área de Saúde (Moretti, 2019), está demonstrada no Quadro 4 e nos subitens que se seguem.

Quadro 2: Proposta de intervenção com profissionais da Educação

Sessão 1	A construção histórica e social da infância e da adolescência
Sessão 2	A violência contra crianças
Sessão 3	Violência física
Sessão 4	Violência sexual: abuso e exploração
Sessão 5	Violência psicológica
Sessão 6	Negligência e abandono
Sessão 7	O desenvolvimento da autonomia moral
Sessão 8	Violência escolar e as competências socioemocionais
Sessão 9	O papel da escola e do profissional da Educação frente aos casos de violência
Sessão 10	Condutas autoprotetivas

Fonte: Os autores (2026).

Grupo focal

Com o objetivo de obter as principais impressões dos professores em relação ao conteúdo da intervenção e as modificações em suas concepções prévias, que poderão colaborar em possíveis modificações do modelo interventivo e na estruturação de outros programas formativos, foi realizado com dez articuladores, por adesão voluntária, que participaram da intervenção, um grupo focal. Trata-se de uma entrevista em grupo que proporciona interação entre os participantes e permite que estes explorem seus pontos de vista a partir da problematização e reflexões de um determinado tema.

Essas escolhas contribuiram para a interpretação dos dados dessa pesquisa, já que a subjetividade é indissolúvel nas práticas investigativas (Backer, 2011).

As questões utilizadas como gatilho para as discussões foram: Que concepções sobre violência contra a criança você tinha antes e após a intervenção? Que novos conhecimentos você adquiriu com a intervenção? Enquanto professores, o que mudou na prática ou ainda pode refletir mudança com a intervenção?

Procedimentos da pesquisa

Os procedimentos para a realização da pesquisa foram subdivididos em seis etapas:

ETAPA 1: adaptação de um questionário estruturado, utilizado em uma pesquisa anterior do próprio autor (Moretti, 2019), contendo três partes: 1) dados sociodemográficos; 2) concepções e percepções sobre violência contra crianças, violência física, sexual, psicológica e negligência e abandono; 3) atuação do profissional da Educação frente a suspeita de violência;

ETAPA 2: preparação da intervenção por meio da definição de temas, a partir da literatura utilizada na adaptação do questionário e conseqüentemente para a intervenção; busca do material teórico e organização dos objetivos e conteúdo de cada sessão;

ETAPA 3: aplicação do questionário (pré-teste) contendo conceitos e concepções sobre a violência contra a criança, com o objetivo de levantar os conhecimentos prévios dos participantes sobre o assunto;

ETAPA 4: realização da intervenção pelo pesquisador para o Grupo Intervenção;

ETAPA 5: aplicação do pós-teste, ou seja, aplicação do mesmo questionário, com o objetivo de conhecer os conteúdos apropriados pelos participantes e fazer uma avaliação da intervenção de forma quantitativa, em especial, a partir da comparação com o Grupo Controle;

ETAPA 6: realização de um grupo focal com dez professores participantes da intervenção.

A pesquisa foi submetida à avaliação e à aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) com Seres Humanos da UNOESTE, conforme a Resolução 466/2012, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), sob o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) 50338221.6.0000.5515 que avaliou as questões pertinentes aos preceitos éticos e toda a documentação necessária antes do início de qualquer procedimento de coleta de dados. A condução das sessões da intervenção e do Grupo Focal foi em sala que assegurou as condições de sigilo e adequação ambiental e os(as) participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) expressando concordância com os procedimentos metodológicos.

Análise dos dados

A análise dos dados foi realizada em duas etapas. Primeiramente, por meio da colaboração de uma estatística, foi realizada uma análise descritiva, comparando-se o questionário pré e pós-teste do grupo participante e, posteriormente, a comparação entre o grupo intervenção e o grupo controle, analisando, assim, a viabilidade da intervenção.

Para aprofundar a compreensão dos fenômenos investigados por meio do grupo focal, que foi gravado e as falas transcritas, foi utilizada a análise textual discursiva, na qual, segundo Moraes (2003), faz-se uma análise rigorosa e criteriosa da informação, nesse caso, os dados obtidos a partir das discussões dos participantes.

Análise dos resultados quantitativos: questionário pré e pós-teste

Dos 32 professores articuladores que participaram da intervenção, 23 estavam presentes na primeira e na última sessão e, portanto, responderam o pré e o pós-teste. Destes, 100% eram do gênero feminino e a idade variou entre 29 e 59 anos (média de 45 anos). Do total, 87% (20 dos participantes) atuam como professor de crianças há mais de 10 anos e 13% (três participantes) há menos de cinco anos. A maioria, 82%, atua na rede municipal há mais de 10 anos, todas com contrato de trabalho efetivo.

Em relação ao tema da violência, duas participantes (8,6%) afirmaram que foi amplamente discutido na graduação, 15 (65,2%) disseram que foi pouco discutido e seis (26,2%) citaram que não foi discutido. Na formação continuada, quatro (17,3%) relataram que o tema foi amplamente discutido, 18 (78,2%) que foi pouco discutido e apenas uma (4,5%) que não foi discutido. Para analisar a viabilidade da intervenção, foi, então, realizada a análise estatística dos itens de cada dimensão do questionário antes e depois dela, pré e pós-teste.

Foram consideradas esperadas, as respostas adequadas para cada questão, ou seja, as respostas que condizem com conceitos e concepções adequadas; e, não esperadas, as respostas inadequadas, conforme a escala de Likert (1932) do questionário (concordo totalmente e concordo ou discordo totalmente e discordo).

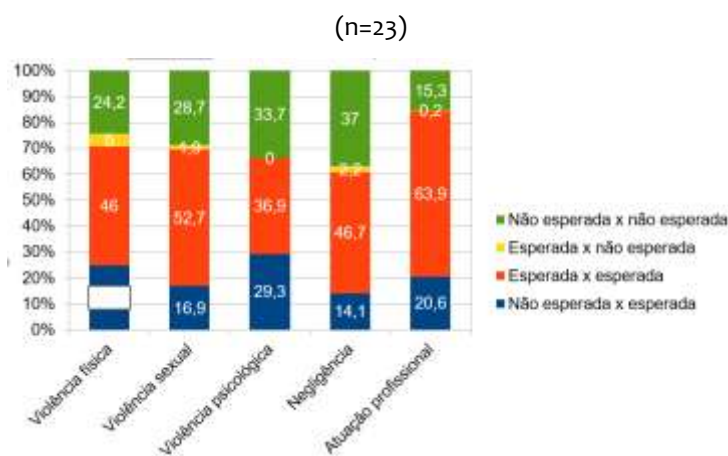
Assim, a concordância do participante ocorreu quando ele apresentava a resposta adequada antes (pré-teste) e após (pós-teste) a intervenção (categoria “esperada x esperada”), significando que já possuía um conhecimento prévio correto e este manteve-se, ou a resposta inadequada antes e após (categoria “não esperada x não esperada”), o que

Formação continuada de professores do ensino fundamental I na temática da violência contra crianças: uma proposta de intervenção

revela que tinha um conhecimento prévio equivocado e este manteve-se após a intervenção, ou seja, não alterando conceitos e concepções equivocadas. No entanto, o maior interesse está nas respostas da categoria “não esperada x esperada”, isto é, aqueles que, antes da intervenção deram uma resposta inadequada e, após, responderam adequadamente. Neste caso, a intervenção foi eficaz em fazer o participante alterar sua resposta inadequada para adequada acerca da temática do item do questionário.

A intervenção foi eficaz em alterar as respostas inadequadas para respostas adequadas para 24,8% dos participantes na dimensão violência física, 16,9% na dimensão violência sexual, 29,3% para a dimensão violência psicológica, 14,1% para a dimensão negligência e 20,6% para a dimensão de atuação profissional. É importante considerar que boa parte dos participantes já havia respondido corretamente antes da intervenção e mantiveram suas respostas (média de 49,2% das respostas dos itens do questionário), conforme mostrado no Gráfico 1 abaixo.

Gráfico 1: Desempenho geral dos participantes no questionário, em porcentagem, segundo suas dimensões



Fonte: Os autores (2024).

Este gráfico descreve o desempenho dos participantes em cada dimensão do questionário. Em azul, a categoria “não esperada x esperada”, em vermelho a categoria “esperada x esperada”, em amarelo a categoria “esperada x não esperada” e em verde a categoria “não esperada x não esperada”.

Os resultados mostram que diferente da maioria das pesquisas semelhantes encontradas na literatura, como Garbin *et al.* (2010) e Monti e Sigolo (2023), os professores da rede municipal já possuíam um bom conhecimento prévio acerca do tema da violência, o

que pode ser constatado pela categoria “esperada x esperada” em vermelho no Gráfico 1, que variou nas dimensões entre 36,9% e 63,9%. Isso se dá pela grande preocupação dos gestores da Secretaria Municipal de Educação com essa temática e um esforço contínuo de representantes dela na formação continuada dos professores e outros profissionais da Educação no tema da violência contra a criança há vários anos. O município conta com uma equipe diferenciada na Secretaria Municipal de Educação, formada por psicóloga, assistente social e educadora em saúde pública (Presidente Prudente, 2010).

Outro ponto a ser discutido, refere-se à categoria “não esperada x não esperada”, em verde no Gráfico 1, que em média representou 27,7% das respostas dos itens dos questionários nas cinco dimensões. Isso mostra, como também constata Monti e Sigolo (2023), que professores, em geral, ainda se apoiam no senso comum no que se refere a essa temática, assim como é difícil alterar conceitos e concepções pré-existentes e culturalmente enraizados, especialmente, no que diz respeito à naturalização da violência e descrença na rede de proteção à criança.

Por fim, ao analisar a categoria “não esperada x esperada”, em azul no gráfico, a intervenção foi eficaz em alterar as respostas dos participantes em média em 21,1% nas diferentes dimensões, constatando, assim como Dias (2013), que uma intervenção de médio prazo pode alterar concepções e embutir novos conhecimentos em seus participantes, melhorando a capacidade de reconhecimento e encaminhamento dos casos.

Destacam-se nessa categoria, o item oito da dimensão violência psicológica, (a principal agressora nos casos de violência psicológica é a mãe) em que houve melhora da resposta em 56,5%; e os itens 21 (conheço o suficiente sobre os problemas relacionados à violência contra crianças), em que houve mudança em 65,2% das respostas; e, o item 28 (eu sei como ensinar crianças a reconhecerem situações de violência e se protegerem) em que houve melhora em 52,2% das respostas, ambos da dimensão atuação profissional. Especialmente os dois últimos mostram que os participantes da intervenção se sentem mais seguros e preparados para o combate à violência infantil enquanto profissionais da Educação, conforme será demonstrado na discussão do grupo focal. O primeiro (item 8) confirma a hipótese de que muitas atitudes das mães em relação aos filhos não são reconhecidas como violência psicológica (Brasil, 2010).

Formação continuada de professores do ensino fundamental I na temática da violência contra crianças: uma proposta de intervenção

Para que as respostas do grupo que passou pela intervenção, de fato, sejam representativas da realidade é importante que a confiabilidade do questionário seja avaliada. Para tanto, este foi aplicado a um grupo controle (n=15) e reaplicado num intervalo de aproximadamente quatro meses. Observamos que a concordância foi praticamente total em todas as dimensões, isto é, aqueles que deram respostas inadequadas no primeiro momento, continuaram dando respostas inadequadas no segundo momento, o mesmo se deu com os que já haviam respondido de forma adequada inicialmente. Essa é uma excelente característica psicométrica.

Análise dos resultados qualitativos: grupo focal

O grupo focal foi realizado três meses após a intervenção, quando retornaram as atividades escolares no ano seguinte, no mesmo local onde foram realizadas as sessões, com 10 professoras que participaram da intervenção e aceitaram participar deste momento. As sessões foram gravadas em áudio e os comentários das professoras estão apresentados a seguir, organizados em categorias criadas após a análise textual discursiva.

Categoria 1: melhora da percepção e identificação dos casos de violência

Após a intervenção, as professoras relataram estarem mais atentas aos sinais que a criança vítima de violência demonstra, melhorando a percepção e identificação dos casos.

Analisando os comentários das professoras, observa-se que houve melhora na percepção delas em relação aos casos de violência. Uma pesquisa de Garbin *et al.* (2010), com professores da Educação Infantil, constatou que apenas 27,6% dos professores sentiam-se preparados para identificar casos envolvendo crianças vítimas de violência. Porém, pode-se observar a importância de professores e outros profissionais da escola, assim como profissionais de saúde, estarem preparados para identificar possíveis ocorrências de maus-tratos (Garcia *et al.*, 2009).

Sabe-se que a escola é um espaço propício para percepção da violência, já que a criança convive nela grande parte do seu dia. Os casos podem ser observados de diversas formas, como na postura da criança em relação a outras e a adultos e, na forma de comportamento, fazendo do professor um importante ator para o reconhecimento da violência (Araújo *et al.*, 2014).

Categoria 2: reconhecimento de outras formas de violência que não a física

Trazendo à discussão os quatro tipos de violência que mais acometem crianças: física, psicológica, sexual e negligência, as professoras passaram a reconhecer mais os tipos de violência que não somente a física, mas que também trazem inúmeras repercussões para as vítimas.

Segundo a pesquisa de Garcia *et al.* (2009), os sinais de violência física são facilmente percebidos por professores, como hematomas e marcas de objetos agressores ou a mão do adulto. Mas Garbin *et al.* (2010) constataram dificuldade dos professores para identificar casos de violência, sendo um dos motivos para esse despreparo, além da negativa da criança e da falta de conhecimento sobre o assunto, a ausência de marcas físicas. Os profissionais devem, portanto, estar atentos aos outros tipos de violência, principalmente as menos percebidas, psicológica e negligência.

Categoria 3: importância da denúncia, encaminhamento e da rede de proteção

As professoras participantes reconheceram, após a intervenção, a importância da realização da denúncia, encaminhamento correto dos casos suspeitos e a confiança no trabalho da rede de proteção.

Professores e outros profissionais da escola devem ter conhecimento sobre os procedimentos que devem ser tomados e os encaminhamentos necessários para os casos suspeitos ou confirmados de violência. É preciso um trabalho multiprofissional com envolvimento de áreas como saúde, social, jurídica e educacional (Garcia *et al.*, 2009). Segundo Araújo *et al.* (2014), na maioria das vezes, profissionais da Educação até percebem possíveis situações de maus-tratos, porém agem de forma inadequada por não conhecerem as condutas corretas a serem tomadas em cada caso.

Ainda, segundo Monti e Sigolo (2023), há uma falta de credibilidade dos professores quanto aos órgãos da rede de proteção, especialmente, o Conselho Tutelar, fazendo com que as escolas não tenham formalidade e uniformidade nas ações necessárias e denúncias por parte da escola. Portanto, mesmo que os profissionais sejam capazes de reconhecer os casos, estes podem não estar preparados para solucioná-los de maneira adequada.

É preciso que a escola exerça sua função de forma articulada a outras instituições promotoras dos direitos das crianças, pois é um local privilegiado para desvelamento e desnaturalização da violência, além da possibilidade de germinar as mudanças necessárias para prevenção destes quadros (Pereira; Conceição, Borges, 2017).

Formação continuada de professores do ensino fundamental I na temática da violência contra crianças: uma proposta de intervenção

Categoria 4: o papel da escola e dos profissionais da escola

No geral, no grupo focal, foi possível observar que a maior contribuição da intervenção foi em relação à atuação dos professores e outros profissionais da escola no combate à violência, especialmente, na valorização da importância do profissional da Educação, principalmente da escola, em observar e valorizar os sinais comportamentais que as crianças demonstram e que auxiliam no reconhecimento dos casos.

Não se pode separar o processo educativo daquilo que acontece na escola e fora dela. Assim, são necessárias propostas de formação docente, tanto inicial quanto continuada, que sejam capazes de superar essa dicotomia (Pereira; Conceição, Borges, 2017).

O papel dos profissionais da escola é essencial na identificação e encaminhamento dos casos, mas também ouvindo e aconselhando as famílias das crianças vítimas de violência ou em risco para a ocorrência desta (Garcia *et al.*, 2009). Estes precisam ter um olhar atento e responsável para que seja possível quebrar o ciclo de violência e possibilitar a prevenção e redução dos casos (Araújo *et al.*, 2014).

Considerações finais e conclusão

De modo geral, os participantes apresentaram uma resposta positiva ao longo de todo o processo formativo, evidenciada pelo elevado nível de interação entre o grupo e o moderador. Observou-se que, de forma recorrente, os participantes buscaram articular os conteúdos teóricos abordados com as experiências práticas vivenciadas no contexto escolar. As avaliações realizadas indicaram elevado grau de satisfação em relação ao conteúdo, à metodologia empregada, às dinâmicas propostas, às discussões promovidas e ao domínio do moderador sobre a temática. Adicionalmente, as análises estatísticas demonstraram que a intervenção alcançou os objetivos estabelecidos, ao contribuir para a manutenção de concepções adequadas, a modificação daquelas consideradas inadequadas e a ampliação do conhecimento dos professores, preparando-os para a identificação e o encaminhamento de casos de violência. A inclusão de um grupo controle com características semelhantes às do grupo experimental mostrou-se fundamental para o fortalecimento do rigor metodológico e para a validação da viabilidade da intervenção.

Durante as sessões, identificou-se como limitação a dificuldade de registrar, em tempo real, as impressões, falas e discussões dos participantes, o que poderia ter ampliado

a compreensão qualitativa dos efeitos da intervenção. Ainda que tal procedimento não estivesse previsto no delineamento metodológico inicial, a realização de um grupo focal três meses após a intervenção permitiu acessar parte dessas percepções e avaliar mudanças relacionadas ao conhecimento teórico e à sua aplicação no cotidiano escolar.

A análise dos dados empíricos permite afirmar que a proposta de formação sobre violência contra crianças apresenta potencial de aplicação junto a professores e demais profissionais da escola, uma vez que os resultados indicam validade científica e viabilidade de implementação. Considerando a relevância do tema e seus impactos em curto e longo prazo para as vítimas, conclui-se que o estudo possui significativa relevância social, ao evidenciar a possibilidade de promover mudanças concretas na realidade da comunidade em que a intervenção foi realizada.

Por fim, os resultados deste estudo reforçam a importância do desenvolvimento de programas de formação voltados à qualificação dos profissionais da Educação para o enfrentamento da violência contra crianças. Recomenda-se a realização de novas pesquisas em diferentes contextos, com o intuito de ampliar a generalização dos achados e superar as limitações identificadas. Destaca-se, sobretudo, o potencial do programa desenvolvido para impactar positivamente a prática profissional e contribuir para a interrupção de ciclos de violência que se perpetuam ao longo da infância.

Referências

ANUNCIACÃO, Leilane Lacerda *et al.* Violência contra crianças e adolescentes: intervenções multiprofissionais da Atenção Primária à Saúde na escola. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 46, n. esp. 3, p. 201-212, nov. 2022.

ARAÚJO, Pâmela Vieira *et al.* Espaço escolar: o professor frente à problemática da criança em situação de violência. **Revista da Sociedade Brasileira de Enfermeiros Pediatras**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 129-137, dez. 2014.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BACKER, Dirce Stein *et al.* Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 438-442, 2011.

BARBOSA, Analedy Amorim; MAGALHÃES, Maria das Graças S. Dias. A Concepção de infância na visão de Philippe Ariès e sua relação com as políticas públicas para a infância. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais, História e Relações Internacionais**, Boa Vista, v. 1, n. 1, p. 1-8, 2008.

Formação continuada de professores do ensino fundamental I na temática da violência contra crianças: uma proposta de intervenção

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. **Disque direitos humanos: relatório 2019**. Brasília: MDH, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Linha de cuidado para a atenção integral de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências**. Brasília: MS, 2010.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

DAL-FARRA, Rossano André; LOPES, Paulo Tadeu Campos. Métodos mistos de pesquisa em educação: pressupostos teóricos. **Nuances: Estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, v. 24, n. 3, p. 67–80, 2014.

DAMIANI, Magda Floriana. Sobre pesquisas do tipo intervenção. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO, 16., 2012, Campinas. **Anais [...]**. Campinas: Unicamp, 2012. p. 1-8.

DANSKI, Mitzzy Tannia Reichembach *et al.* Importância da prática baseada em evidências nos processos de trabalho do enfermeiro. **Ciência, Cuidado e Saúde**, Maringá, v. 16, n. 2, p. 1-6, 2017.

DIAS, Débora Letícia. **Capacitação de professores para prevenção de violência intrafamiliar infantil**. 2013. Dissertação (Mestrado em Análise do Comportamento) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

GARBIN, Cléa Adas Saliba *et al.* Formação e atitude dos professores de educação infantil sobre violência familiar contra criança. **Educar em Revista**, Curitiba, n. esp. 2, p. 251-269, 2010.

GARCIA, Ana Flávia Granville *et al.* Conhecimentos e percepção de professores sobre maus-tratos em crianças e adolescentes. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 131-140, 2009.

GATTI, Bernardete A. Estudos quantitativos em educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 11-30, jan./abr. 2004.

HABIGZANG, Luísa F. *et al.* Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 341-348, set./dez. 2005.

JACQUES, Paula Borges; OLINDA, Querubina Bringel. Um olhar da saúde sobre a violência. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, Fortaleza, v. 25, n. 2, p. 200-207, abr./jun. 2012.

LA TAILLE, Yves. Autonomia e identidade. **Revista Criança do Professor de Educação Infantil**, Brasília, v. 35, p. 16-18, 2001.

LA TAILLE, Yves. O desenvolvimento do juízo moral e afetividade na teoria de Jean Piaget. In: LA TAILLE, Yves; OLIVEIRA, Marta Kohl; DANTAS, Heloísa (org.). **Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo: Summus, 1992. p. 47-73.

LAHR, Talita Bueno Salati. **Territórios vulneráveis: os problemas de convivência na escola e a rede de proteção**. 2022. 533 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2022.

LIKERT, Rensis. Uma técnica para medida de atitudes. **Arquivos de Psicologia**, New York, v. 22, p. 1-42, 1932.

LINHARES, Juliana Magalhães. **História social da infância**. Sobral: INTA, 2016.

LISE, Fernanda; MOTTA, Maria da Graça Corso da. Violência doméstica infantil: abordagem da enfermagem. **Acta Scientiarum**, Maringá, v. 34, n. 1, p. 53-60, jan./jun. 2012.

MONTI, Luísa Leôncio; SIGOLO, Silvia Regina Ricco Lucato. Estudo sobre violência intrafamiliar contra a criança: conhecimentos e atitudes de professores da Educação Infantil. **Educação**, Santa Maria, v. 48, p. 1-22, 2023.

MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência e Educação**, Bauru, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.

MOREIRA, Maria Ignez Costa; SOUZA, Sônia Margarida Gomes. Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: do espaço privado à cena pública. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 13-26, jul./dez. 2012.

MORETTI, Murilo Sabbag. **Formação de estudantes e profissionais da saúde acerca do tema da violência contra crianças e adolescentes: implantação e verificação da eficácia de um modelo educativo**. 2019. 84 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2019.

MOURA, Jaqueline Pereira et al. Implicações da violência e adolescência. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, Três Corações, v. 12, n. 1, p. 513-524, jan./jul. 2014.

OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde. **INSPIRE: sete estratégias para pôr fim à violência contra crianças**. Washington: OPAS, 2017.

PEREIRA, Alciane Barbosa Macedo; CONCEIÇÃO, Maria Inês Gandolfo; BORGES, Lívia Freitas Fonseca. Reflexões sobre a formação de professores para o enfrentamento da violência intrafamiliar contra crianças. **Tecnia**, Goiânia, v. 2, n. 2, p. 45-60, 2017.

Formação continuada de professores do ensino fundamental I na temática da violência contra crianças: uma proposta de intervenção

PRESIDENTE PRUDENTE. Secretaria Municipal de Comunicação. **Professores e educadores sociais recebem capacitação sobre violência sexual infanto-juvenil**. Presidente Prudente, 21 maio 2010. Disponível em: <https://www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/noticia/6537>. Acesso em: 16 mar. 2026.

RISTUM, Marilena. Violência doméstica Intra/extra familiar: o conhecimento dos profissionais da escola sobre o ECA. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 18, n. 1, p. 231-242, 2010.

SARMENTO, Manuel Jacinto. As culturas da infância nas encruzilhadas da Segunda Modernidade. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; CERISARA, Ana Beatriz (org.). **Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação**. Portugal: Edições ASA, 2004. p. 9-34.

SOUZA, Welton Rodrigues de; CORDEIRO, Maria José de Jesus Alves. A escola como protagonista no enfrentamento da violência doméstica contra crianças e adolescentes. **Conjecturas**, Caxias do Sul, v. 22, n. 13, p. 717-737, set. 2022.

VANNI, Verônica Nogueira. **As práticas morais e a aprendizagem de valores e regras: experiência com assembleias em uma escola pública de ensino fundamental I**. 2017. 261 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2017.

VINHA, Telma Pileggi; TOGNETTA, Luciene Regina Paulino. Construindo a autonomia moral na escola: os conflitos interpessoais e a aprendizagem dos valores. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 9, n. 28, p. 525-546, set./dez. 2009.

ZATTI, Vicente. **Autonomia e educação em Immanuel Kant e Paulo Freire**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

ZUCCHETTI, Dinora Tereza; BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Construções sociais da infância e da juventude. **Cadernos de Educação**, Pelotas, v. 28, p. 15-32, jan./jul. 2007.

Sobre os autores

Murilo Sabbag Moretti

Formado em Medicina pela Faculdade de Medicina de Presidente Prudente - UNOESTE, com residência médica em Pediatria e Neonatologia pela Universidade Estadual de Londrina - UEL. Mestre e Doutor em Educação pela Universidade do Oeste Paulista. Atualmente é professor da Faculdade de Medicina da Universidade do Oeste Paulista, coordenador da residência médica em Pediatria do Hospital Regional de Presidente Prudente e da residência médica em Neonatologia do Hospital Regional de Presidente Prudente.

E-mail: murilosmoretti@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8468-7027>

Carmen Lúcia Dias

Mestre, Doutora e Pós-doutora em Educação - UNESP, Campus de Marília. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Oeste Paulista. Integrante dos grupos de pesquisa: Contexto escolar e processo ensino-aprendizagem: ações e interações (líder)/UNOESTE/SP; Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Moral (GEPEM I); Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Epistemologia Genética e Educação (GEPEGE) - UNESP/Marília/SP. Consultora do Conviver Mais-Assessoria e Formação.

E-mail: kkaludias@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6521-8209>

Selma Alves de Freitas Martin

Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP - no tema formação inicial e continuada de professores na área de Sexualidade e Educação Sexual na Escola. Graduação em Ciências pela UNOESTE, Pós-graduação Latu-Sensu em Educação em Saúde Pública pela UNAERP, Curso de Facilitador de Educação Permanente em Saúde pela Fundação Nacional de Saúde Pública - FIOCRUZ e Pós Graduação Latu-Sensu em Neuropedagogia na Educação pelo Instituto Rhema Educação.

E-mail: selmamartin@unoeste.br

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-5934-6815>

Recebido em: 12/09/2024

Aceito para publicação em: 01/01/2026